



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 23 /2022

**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA
NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2022**

MEMBROS PRESENTES:

Presidente Fátima Carla Dias Antunes Borges
Vereador Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa
Vereador João Carlos Figueiredo Antunes
Vereador Fernando Simões de Sousa
Vereador João Carlos Nunes de Matos Duarte
Vereadora Ana Maria Marques Coimbra
Vereadora Vera Lúcia Machado

MEMBROS QUE FALTARAM:



---- Aos vinte e três dias do mês de agosto, nesta cidade de Tondela, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a *reunião ordinária pública* da Câmara Municipal de Tondela, sob a presidência da senhora presidente da Câmara Municipal, Fátima Carla Dias Antunes Borges, estando presentes os senhores vereadores: Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa, João Carlos Figueiredo Antunes, Fernando Simões de Sousa, João Carlos Nunes de Matos Duarte, Ana Maria Marques Coimbra e Vera Lúcia Machado.-----

---- A reunião foi secretariada por Ana Cristina Pais Santos Costa.-----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando haver “quorum” para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a senhora presidente declarou aberta a reunião.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O senhor vereador Francisco Coutinho, iniciou o ponto apresentando um requerimento, com caráter urgente, que se transcreve:-----

---- “Exma. Sra. Presidente, da Câmara Municipal de Tondela-----

---- Francisco Coutinho, na qualidade de vereador municipal, vem requerer a V. Exa, com caráter de urgência, o comprovativo que indique quando foi aprovada, em cada um dos respetivos órgãos, a colocação de dois sinais de estacionamento proibido (C15), um de cada lado da entrada da Travessa Dr. António Manuel Tenreiro da Cruz, serve de acesso ao logradouro e estacionamento do Edifício Fórum.”.-----

---- O senhor vereador Fernando Sousa, iniciou a sua intervenção, alertando a senhora presidente, para a falta de resposta ao requerimento apresentado em março de 2022 sobre os apoios municipais protocolados com as instituições do Concelho e questões apresentadas sobre a gestão do estádio municipal João Cardoso. Solicitou ainda os documentos e projetos submetidos a PRR (variante à ZIM do Lajedo e ilha multisserviços na ZIM da Adiça). Prosseguiu, no âmbito do Plano de ação para a amobilidade urbana sustentável (PAMUS) e a ZIM da Adiça e do Lajedo, que se transcreve:-----

---- Assinalamos mais um mês sem que o requerimento que fizemos em março de 2022 sobre apoios municipais protocolados com as instituições do Concelho tenha sido satisfeito.-----

---- Enquanto também aguardamos que nos sejam respondidas as questões que fizemos sobre a gestão do estádio Municipal João Cardoso e que nos sejam facultados os documentos relativos aos projetos que supostamente a Câmara submeteu a PRR, nomeadamente a variante à ZIM do Lajedo e a ilha multisserviços na ZIM da Adiça, a nossa intervenção de hoje prende-se com o Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável, PAMUS, da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.-----

---- Vivemos um tempo promissor de políticas europeias e nacionais, com documentos fundamentais para a definição estratégias com vista a uma mobilidade sustentável, dos quais destacamos:-----

---- Livro Verde: por uma Nova Cultura de Mobilidade Urbana,-----

---- Livro branco: roteiro do espaço único europeu dos transportes,-----

---- Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável,-----

---- Programa Nacional para o Ordenamento do Território,-----



---- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS , -----
 ---- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – PNAEE, -----
 ---- Plano Nacional Energia e Clima 2030, -----
 ---- PRR, -----
 ---- Fiscalidade Verde e **Pacote de Mobilidade (IMT)** -----

---- No relatório da revisão de 2019 do nosso PAMUS, elaborado em 2016, assume-se que o transporte coletivo não é tido como alternativa de transporte e os modos de deslocação em modo suave não respondiam à necessidade de deslocações quotidianas, fundamentalmente trabalho e escola. Um dos grandes objetivos do PAMUS seria começar a trabalhar para alterar essa situação. -----

---- Esse plano de ação certamente que teve muita colaboração e muito envolvimento do então executivo Municipal, ao qual pertencia a atual Presidente da Câmara. Agora que o analisamos melhor percebemos as dificuldades previsionais de quem navega à vista e para o imediato e não planifica acautelando o futuro. -----

---- No entanto, quando verificamos as ações previstas na área do município não percebemos como é que o panorama vai ser alterado na próxima década.

São estas as ações previstas: -----

---- Ação T01 – Promoção de uma única solução de pagamento de Serviços de Mobilidade; -----

---- Ação T09 – Melhoria do centro de coordenação de transportes; -----

---- Ação T02 – Desenvolvimento de Plataforma de Informação de Mobilidade e Painéis informativos; -----

---- Ação T03 – Promoção e disponibilização de dados abertos de mobilidade (*Open Data*); -----

---- Ação T04 – Desenvolvimento (ou aquisição) de ferramenta de planeamento de transportes suportada por Sistema de Informação Geográfica; -----

---- Ação T06 – Corredor ciclável estruturante de Tondela; -----

---- Ação T10 – Requalificação do corredor pedonal CCT/ACERT; -----

---- Ação T05 – Corredor Ciclável/Pedonal Norte de Tondela; -----

---- Ação T07 – Reformulação da sinalização vertical e horizontal de Tondela. -----

---- Parecendo-nos muito pouco, ainda assim, qual o ponto de situação destas ações?

Se ao nível dos corredores de circulação suave pode haver algumas expectativas para que, pelo menos na cidade de Tondela, seja dada alguma resposta às necessidades de deslocações quotidianas, principalmente para as escolas e para o trabalho, nada se vislumbra em relação às deslocações para os dois principais pólos geradores, atratores, de deslocações que são as ZIM da Adiça e do Lajedo. -----

---- Solicitamos a consulta dos projetos de circulação suave previstos para a cidade de Tondela (T05, T06, T10). -----

---- Aqui, a natureza e tipologia dos fluxos de deslocações dependem da atividade empresarial, pelo que seria normal que os planos de mobilidade fossem direcionados para os segmentos com maior peso na geração dos fluxos. -----

---- A construção fora dos centros urbanos, não tendo sido acompanhada de um plano de mobilidade conduziu a uma maior utilização do automóvel levou a um crescente congestionamento viário, a um elevado consumo energético nas deslocações, a uma degradação das condições de circulação e do espaço público, fora e dentro das localidades, com implicações na sinistralidade, ao que acrescentamos, degradação ambiental com aumento do ruído, da poluição do ar, do solo e da água. -----

---- Por exemplo, no nosso PAMUS, não há qualquer referência a uma via estruturante em direção à ZIM Lagedo o que demonstra bem o que ainda falta fazer para garantir a



sustentabilidade dessa área de acolhimento Industrial. Também nada consta no Plano Intermunicipal de Mobilidade nem no PO centro. -----

---- Defendemos um estudo urgente, feito por uma entidade reconhecida, que com base na rede viária que ao longo do tempo estruturou as localidades vizinhas da ZIM do Lagedo, nomeadamente a ER 228 (Mortágua Vouzela) e estradas municipais 627 e 618, e estude a necessidade e ou viabilidade de uma variante Tondela/Lajedo, compatível com os fundos de financiamento europeus. -----

---- No Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – PNAEE, destaca-se a obrigatoriedade de elaborar planos de mobilidade urbana para centros empresariais ou parques industriais com mais de 500 trabalhadores. -----

---- Há planos de mobilidade urbana para a ZIM da Adiça e do Lajedo? Em caso afirmativo, por que razão não foram considerados no PAMUS? -----

---- Há situações idênticas, em municípios mais proativos a este nível, em que foram criados serviços de transporte específicos (serviços de shuttle/mini-bus) de iniciativa municipal, em parceria público-privada ou mesmo privados, usando incentivos à redução de emissões e descarbonização e mecanismos da fiscalidade verde. -----

---- Há outros municípios que criam incentivos à partilha de viaturas, *carpooling*, por exemplo: construir (adquirir) base de dados que permita implementar facilmente um esquema de *carpooling*; realizar campanhas de sensibilização, expondo os custos das deslocações diárias em transporte individual e os vários benefícios da partilha de veículos; reservar lugares de estacionamento para *carpoolers* ; disponibilizar um serviço que permita garantir a viagem de retorno a casa, em caso de imprevisto ou de urgência; vales de gasolina; vale para limpeza de viaturas ou revisão anual, promoção de eventos entre *carpoolers*, etc. -----

---- É para nós essencial que os planos de mobilidade urbana associados às duas maiores ZIM contemplem igualmente ações que promovam os modos pedonal e ciclável para as localidades próximas. -----

---- E para concluir: -----

---- Solicitamos a urgente revisão do PAMUS, na parte que diz respeito ao concelho de Tondela, de modo a considerar os dois principais geradores de deslocações (ZIM Lajedo e ZIM da Adiça) e definir assim um verdadeiro documento orientador da mobilidade urbana sustentável, incentivando a utilização de transportes coletivos e modos de mobilidade suave, e a definição de uma rede viária estruturante das mesmas a partir das seguintes vias: EM627 e 628 e ER 228, ER 230, EN2, IP3(A24) e A25.. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA

- Presidência

1- Votação da ata da reunião de 9 de agosto

---- Não tendo havido intervenções, a ata de 9 de agosto foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

2- Informações



---- O senhor vereador, Francisco Coutinho, iniciou o ponto, questionando a Sra. Presidente para quando as respostas solicitadas, há cerca de quatro meses, sobre o complexo desportivo do Estádio João Cardoso. -----

---- A senhora presidente da Câmara informou que foi ativado o plano de emergência municipal, desde as 00.00h do dia 21, determinando a prontidão de todas as forças municipais de proteção civil. Informou ainda que, foi criada uma sala de crise localizada no quartel dos BV Tondela. -----

---- De seguida, informou que o posto de vigia da Sra. da Esperança, continua inoperacional. Referiu que é um problema alheio ao município, e que se tem contactado a GNR, entidade responsável, no sentido de perceber os motivos, e a resposta prende-se com trabalhos de requalificação e instalação inacabados, nomeadamente por falta de execução das terras. Considerando a importância deste posto de vigia, o Município colocou uma equipa de vigilância móvel na Sra. da Esperança de forma a colmatar esta falha na vigilância do nosso concelho. Informou ainda que, as câmaras de vigilância do projeto da CIM, estão em funcionamento, o que, tem permitido detetar atempadamente os focos de incêndio, permitindo assim a atuação atempada e célere dos meios de combate. -----

---- A senhora presidente informou que a candidatura efetuada para a loja do cidadão, no valor de cerca 799 mil euros, tem uma taxa de financiamento a 100% ao abrigo do PRR. -----

---- No âmbito da valência da Creche do Caramulo, a senhora presidente informou que, o município está empenhado, dirigindo esforços na resolução do problema. Têm se realizado um conjunto de diligências com as entidades competentes envolvidas (Junta de freguesia do Guardão, IPSS Recreio do Caramulo, Serviços distritais da SS), no seguimento dos contactos estabelecidos como tutela. Foi realizada uma visita técnica às instalações da IPSS Recreio do Caramulo, com a participação de uma arquiteta dos serviços de Segurança Social, no sentido de se dotar o edifício das condições necessárias para o funcionamento da valência. Foi ainda solicitado à Segurança Social uma licença para funcionamento da creche no edifício da Junta de Freguesia durante o período de obras no edifício propriedade da IPSS, impedindo assim, o encerramento da valência da creche no ano 2022/2023. nesse sentido, a senhora presidente, dirigiu à senhora Ministra um pedido para audiência, ao qual aguarda resposta em tempo útil. -----

---- Informou igualmente que, no âmbito da aprovação do Orçamento de Estado, no que respeita às transferências financeiras para o município de Tondela, o município irá receber menos 197 590,00€ por mês, o que corresponde, em termos de arrecadação de receita anual a menos 1 185 000. 00€. -----

---- A senhora presidente deixa uma nota pública de reconhecimento a todos os que têm trabalhado de forma empenhada e profissional para que o ano escolar se inicie nas melhores condições, já com a transferência de competências no âmbito da educação a funcionar em pleno. -----

---- A senhora presidente informou ainda da retoma uma série de obras nas freguesias de Molelos, São João do Monte e Mosteirinho. Concluiu-se a fase de avaliação dos pedidos no âmbito do PDM, e estão a ser feitas reuniões no âmbito do PPIT. Iniciaram

se as obras nas habitações sociais promovidas no âmbito do protocolo celebrado com a Just a Cheng. -----

---- A finalizar, a senhora presidente, informou que foram tomadas medidas de restrição e contenção ao consumo de água, bem como, a promoção de uma campanha de sensibilização à população do concelho, no sentido de um comportamento sustentável na utilização de água. -----

3- Para conhecimento

---- A senhora Presidente deu conhecimento ao executivo, do despacho de designação, para o exercício de funções de Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Agnelo Alfredo Carvalho Laranjeira, com efeitos a 16 de agosto de 2022. -----

---- A senhora Presidente, apresentou, para conhecimento do executivo, a informação respeitante à prestação de contas da Escola Profissional de Tondela. -----

4 - Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e a Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Parada de Gonta (ADRCPG)

---- Foi presente um protocolo, a celebrar entre o Município de Tondela e a Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Parada de Gonta (ADRCPG), no montante de 4 003,11€, para reparação dos bancos de suplentes, aquisição e instalação de dois equipamentos para aquecimento de águas, por forma a melhorar as condições dos balneários e do campo de futebol. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a celebração protocolo. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

5 - Aditamento ao protocolo celebrado entre o Município de Tondela e o Grupo Desportivo e Cultural de Canas de Santa Maria (GDCSM)

---- Foi presente um aditamento ao protocolo, celebrado entre o Município de Tondela e o Grupo Desportivo e Cultural de Canas de Santa Maria (GDCSM), de Requalificação do Espaço Social da coletividade, no montante até 15 000.00€, para apoio a trabalhos complementares não previstos. -----

---- O senhor vereador João Carlos Figueiredo não participou da discussão e votação do ponto. A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o aditamento ao protocolo. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

- Departamento de Planeamento Urbanismo e Edifícios

6- Despachos efetuados no uso das competências delegadas e subdelegadas das obras particulares

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos que recaíram sobre os processos de obras particulares, constantes da listagem que foi apresentada nos termos do art.º 34 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficando arquivada nos respetivos serviços. -----

7 - Redução de taxas de urbanismo à senhora D^a Ana Rita Marques Gonçalves

---- Foi presente um requerimento da Sra. D^a Ana Rita Marques Gonçalves, a solicitar a redução das taxas de urbanismo em 50%, referente ao processo n.º 01/2022/92, no âmbito do previsto no número 2 do artigo 19º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de _Taxas e Outras Receitas Municipais. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a redução das taxas de urbanismo.---

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

8 - Redução de taxas de urbanismo aos senhores: Pedro Manuel da Silva Rocha e Rafaela Filipa Morais Torres

---- Foi presente um requerimento dos senhores; pedro Manuel da Silva Rocha e Rafaela Filipa Morais Torres, a solicitar a redução das taxas de urbanismo em 50%, referente ao processo n.º 01/2022/63, no âmbito do previsto no número 2 do artigo 19º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de _Taxas e Outras Receitas Municipais. ---

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a redução das taxas de urbanismo.---

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Departamento de Administração Geral, económico-financeira Financeira, contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos

- Divisão de Adm. Geral, Informática, Modernização Adm, Contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos

9- Ratificação do despacho de isenção de taxas à AJUDA - Associação Juvenil de Desenvolvimento

---- Foi presente o despacho de 5 de agosto de 2022, que aprova a isenção das taxas inerentes à licença especial de ruído e à licença para colocação de publicidade na via pública à AJUDA.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho.-----

10- Ratificação de despacho de isenção de taxas à Associação "Os Amigos de Parada de Gonta"

---- Foi presente o despacho de 5 de agosto de 2022, que aprova a isenção da taxa inerente à licença especial de ruído à Associação "Os Amigos de Parada de Gonta".-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho.-----

11- Ratificação do despacho de isenção de taxas à Associação dos Bombeiros Voluntários Vale de Besteiros

---- Foi presente o despacho de 5 de agosto de 2022, que aprova a isenção da taxa inerente à licença especial de ruído à Associação dos Bombeiros Voluntários Vale de Besteiros.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho.-----

- Divisão de Economia e Finanças

- Património

12- Transferência de património

---- Foi presente uma informação que refere transferência de património, a saber: Computador com o número de património 18184 para as piscinas Municipais de Tondela;

---- Computador com o número de património 20064 para as piscinas Municipais de Tondela;-----

---- Computador com o número de património 021597 - 021609 para o pavilhão de Municipal de Tondela;-----

---- Monitor com o número de património 19112 para o aprovisionamento;-----

---- Monitor com o número de património 18008 para o aprovisionamento;-----

---- Computador com o número de património 21595 - 21607 para o aprovisionamento;

---- Monitor com o número de património 18287 para o apoio balcão único;-----

---- Computador com o número de património 23071 para o apoio balcão único;-----

---- Monitor com o número de património 18505 para o apoio balcão único;-----

---- Computador com o número de património 21590-21602 para o apoio balcão único;

---- Computador com o número de património 022345 para o apoio balcão único;-----

---- Computador com o número de património 21591 - 21603 para o balcão único;-----

---- Monitor com o número de património 18182 para o balcão único;-----

---- Computador com o número de património 23891 para o técnico João Lages;-----

---- Computador com o número de património 23072 para os recursos humanos;-----

---- Monitor com o número de património 18145 para os recursos humanos;-----

---- Computador com o número de património 22346 para os recursos humanos;-----

---- Monitor com o número de património 18130 para os recursos humanos;-----

---- Computador com o número de património 23380 para o técnico Bruno Dinis;-----

---- Monitor com o número de património 21616 para o técnico Bruno Dinis;-----

---- Monitor com o número de património 23850 para a Técnica Sara Paiva;-----
 ---- Monitor com o número de património 021611 para a Técnica Sara Paiva; -----
 ---- Computador com o número de património 23890 para a Técnica Eunice Pereira; ---
 ---- Monitor com o número de património 23889 para a Técnica Eunice Pereira;-----
 ---- Computador com o número de património 22057 para as Telefonistas;-----
 ---- Computador com o número de património 021654-021656 para o armazém, no
 estaleiro municipal; -----
 ---- Monitor com o número de património 22347 para a Assessoria;-----
 ---- Computador com o número de património 21608 - 21596 para a cultura; -----
 ---- Monitor com o número de património 18131 para a cultura; -----
 ---- Computador com o número de património 21588 - 21600 para o desporto;-----
 ---- Monitor com o número de património 18129 para o desporto. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a transferência do referido
 património. -----

- Contratação Pública

13 - Prorrogação do Prazo da empreitada - ZI Adiça " Lote 2 - Lote B - Ampliação das Infraestruturas da Zona Noroeste PI e Requalificação da EX. N2 entre o Nó da IP3 e a Rotunda de Sul do P.I."

---- Foi presente uma informação propondo a prorrogação de prazo da empreitada - ZI Adiça " Lote 2 - Lote B - Ampliação das Infraestruturas da Zona Noroeste PI e Requalificação da EX. N2 entre o Nó da IP3 e a Rotunda de Sul do P.I.", pelo período de 180 dias, prevendo a data de conclusão da empreitada em 21/10/2022, com a salvaguarda de haver necessidade de uma suspensão parcial ou nova prorrogação contratual. -----

---- O senhor vereador Fernando Sousa referiu que deveria haver uma imputabilidade de responsabilidade ao estado, considerando a eventual alteração de preços. -----

---- A senhora presidente, concordou com as palavras do senhor vereador, informando que se tem vindo a realizar um conjunto de informações nesse sentido, salvaguardando o interesse público. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a prorrogação do prazo. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

14- Suspensão do prazo da empreitada - ZI Adiça " Lote 1 - Lote A - Requalificação das Infraestruturas Existentes"

---- Foi presente uma informação propondo a suspensão do prazo da empreitada ZI Adiça " Lote 1 - Lote A - Requalificação das Infraestruturas Existentes", pelo período de 60 dias, por ter havido a necessidade de trabalhos no troço da via que medeia a BODUM. -----

---- O senhor vereador Fernando Sousa, questionou o atraso de quatro meses no pedido de suspensão -----

---- A Senhora presidente explicou que o atraso se deve ao volume de trabalho dos serviços técnicos, e escassos recursos humanos. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a suspensão do prazo. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

- Departamento Educação, Desenvolvimento Social, Desportivo e Cultural

- Divisão Intervenção Social e Educação

15 - Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e o Centro Tecnológico Especializado Industrial da Escola Profissional de Tondela

---- Foi presente um protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Tondela e o Centro Tecnológico Especializado Industrial da EPT, com o objetivo de fixar um quadro de parceria entre o Município de Tondela e a EPT, no âmbito dos cursos profissionais de nível IV, nomeadamente; Eletrónica Automação e Comando, Manutenção Industrial, Eletromecânica e Mecatrónica Automóvel. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o protocolo. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

16- Isenção da mensalidade a Marta Susana Rebelo Costa de frequência das piscinas municipais de Tondela

---- Foi presente uma informação social propondo a isenção da mensalidade de frequência das piscinas municipais, à senhora D. Marta Susana Rebelo Costa. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a isenção da mensalidade. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

17- Tarifário Social

---- Foi presente informação social propondo a atribuição de benefícios no tarifário da fatura da água do senhor António Simões de Almeida -----

---- Face ao parecer social e ao exposto no artigo 111 do regulamento para atribuição da tarifa social e familiar (água, saneamento e resíduos sólidos), a Câmara deliberou por unanimidade uma redução de 50% da tarifa de água, 20% de redução da tarifa de saneamento e 20% de redução da tarifa de resíduos sólidos.-----

18- Apoio à natalidade

---- Foi presente uma informação social que propõe o pagamento de verbas relativas a nascimento de filhos, ao abrigo do apoio à Natalidade e à Adoção, exposto no artigo 136º do Regulamento de Habitação e Ação Social, até aos seguintes valores de:-----

---- 550€ ao senhor Emanuel da Silva Marques;-----

---- 500€ à senhora D^a Andreia Isabel Lopes de Sousa; -----

---- 600€ à senhora D^a Marta Sofia dos Santos Marques; -----

---- 500€ à senhora D^a Marisa Isabel Figueiredo Ribeiro;-----

---- A Câmara aprovou por unanimidade os apoios de natalidade.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

19- Proposta de alteração do contrato de subarrendamento em regime de renda apoiada

---- Foi presente uma informação social, propondo a alteração da deliberação tomada em reunião de Câmara, relativa à ata nº 20, do dia 26 de julho de 2022, ponto nº 13, que aprovou a celebração do contrato de subarrendamento em regime de renda apoiada a Elena Nagornut, Alina Kononenko, Kateryna Mysik e Natália Beneda.,considerando a desistência da subarrendatária Natália Bebeda.-----

---- A Câmara aprovou por unanimidade alterar a deliberação. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

---- De acordo com o preceituado no art.º 49 da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, a presente reunião foi pública.-----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, pela senhora presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e quarenta minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por mim, Ana Cristina Pais Santos Costa, que a subscrevi. -----

Fátima Carla Dias Antunes Borges
Ana Cristina Pais Santos Costa